

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	15
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	18
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	19
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	22
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	23
12. ATIVOS DE CONTRATO	27
13. INVESTIMENTOS	29
14. IMOBILIZADO	40
15. INTANGÍVEIS	42
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	44
17. FORNECEDORES	46
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	46
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	47
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	50
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	50
22. PROVISÕES	51
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	57
24. RECEITAS	58
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	60
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	62
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	63
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	66
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	77
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	80
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	81
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR	88

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	346.754	211.608	294.228	136.208
Títulos e valores mobiliários	6	472.497	372.678	221.715	128.175
Consumidores e revendedores	7	905.239	1.033.281	757.382	912.315
Concessionários - transporte de energia	7	94.229	95.815	94.312	95.898
Tributos compensáveis	8	53.104	51.182	44.184	43.700
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	370.127	364.562	367.120	363.049
Dividendos a receber	27	115.104	112.043	115.398	112.337
Ativo financeiro da concessão	11	444.197	439.582	190.064	189.017
Ativos de contrato	12	166.220	171.849	166.220	171.849
Adiantamento a fornecedores		30.116	40.081	30.116	40.081
Prêmio repactuação risco hidrológico		16.813	17.203	16.813	17.203
Instrumentos financeiros derivativos	28	485.006	234.766	485.006	234.766
Outros		107.510	93.903	104.045	99.838
TOTAL DO CIRCULANTE		3.606.916	3.238.553	2.886.603	2.544.436
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	37.884	916	17.773	315
Consumidores e revendedores	7	3.524	5.942	1	573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	5.143	5.100	-	-
Tributos compensáveis	8	681.328	676.051	653.041	647.934
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	3.067	3.067	-	-
Depósitos vinculados a litígios	10	170.322	364.277	155.940	350.051
Prêmio repactuação risco hidrológico		6.595	9.338	6.595	9.338
Instrumentos financeiros derivativos	28	2.520.178	1.456.178	2.520.178	1.456.178
Outros		55.136	55.134	50.624	54.723
Ativo financeiro da concessão	11	4.153.774	4.125.488	1.905.614	1.907.837
Ativos de contrato	12	1.045.150	1.024.385	1.045.150	1.024.385
Investimentos	13	4.043.662	4.041.565	7.499.258	7.341.485
Imobilizado	14	2.427.822	2.448.487	1.803.377	1.822.191
Intangíveis	15	150.996	155.587	27.303	28.260
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	16	49.491	52.984	48.397	51.581
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.354.072	14.424.499	15.733.251	14.694.851
TOTAL DO ATIVO		18.960.988	17.663.052	18.619.854	17.239.287

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	452.654	224.102	271.084	45.876
Debêntures	19	648.775	693.996	648.775	693.996
Fornecedores	17	319.394	422.312	306.438	396.317
Imposto de renda e contribuição social	9b	45.618	133.868	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	62.146	51.248	48.868	39.008
Encargos regulatórios	20	169.731	168.785	157.031	157.638
Obrigações pós-emprego	21	63.209	62.550	63.209	62.550
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		781.769	781.769	781.769	781.769
Salários e encargos sociais		46.743	51.020	45.837	50.048
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	15.249	16.724	14.643	16.097
Outras obrigações		168.299	169.138	142.451	155.490
TOTAL DO CIRCULANTE		2.773.587	2.775.512	2.480.105	2.398.789
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	7.751.232	5.997.355	7.751.232	5.997.355
Debêntures	19	565.957	971.330	565.957	971.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	320.615	403.108	300.191	382.560
Impostos, taxas e contribuições	18	144	352	72	72
Encargos regulatórios	20	53.236	45.298	47.113	39.983
Obrigações pós-emprego	21	1.378.408	1.372.337	1.378.408	1.372.337
Provisões	22	404.957	400.457	404.657	400.205
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	28	503.653	482.841	503.653	482.841
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	36.585	38.335	36.034	37.502
Outras obrigações		40.450	39.926	20.268	20.112
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.055.237	9.751.339	11.007.585	9.704.297
TOTAL DO PASSIVO		13.828.824	12.526.851	13.487.690	12.103.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social		2.600.000	2.600.000	2.600.000	2.600.000
Reservas de lucros		2.758.086	2.757.210	2.758.086	2.757.210
Ajustes de avaliação patrimonial		(222.434)	(221.009)	(222.434)	(221.009)
Prejuízos acumulados		(3.488)	-	(3.488)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.132.164	5.136.201	5.132.164	5.136.201
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.960.988	17.663.052	18.619.854	17.239.287

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
RECEITA	24	1.891.666	1.954.876	1.644.300	1.699.599
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(49.434)	(46.085)	(36.545)	(33.246)
Energia elétrica comprada para revenda		(913.749)	(782.920)	(913.392)	(776.547)
		(963.183)	(829.005)	(949.937)	(809.793)
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e administradores		(57.767)	(68.731)	(56.023)	(64.157)
Materiais		(1.705)	(4.214)	(783)	(3.621)
Serviços de terceiros		(18.193)	(18.762)	(8.770)	(10.243)
Depreciação e amortização		(48.261)	(43.223)	(33.232)	(34.977)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(6.925)	(2.405)	(6.877)	(3.257)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(47.198)	(28.087)	(47.198)	(28.087)
Outros custos operacionais		(1.866)	775	(1.548)	33
		(181.915)	(164.647)	(154.431)	(144.309)
CUSTOS TOTAIS		(1.145.098)	(993.652)	(1.104.368)	(954.102)
LUCRO BRUTO		746.568	961.224	539.932	745.497
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com vendas	25b	(3.543)	(16.698)	(3.543)	(8.767)
Despesas gerais e administrativas		(42.359)	(47.334)	(42.359)	(47.334)
Outras despesas operacionais		(53.374)	(51.335)	(52.246)	(51.063)
		(99.276)	(115.367)	(98.148)	(107.164)
Resultado de equivalência patrimonial	13	5.457	36.679	161.133	202.872
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		652.749	882.536	602.917	841.205
Receitas financeiras	26	1.341.869	196.743	1.336.256	187.405
Despesas financeiras	26	(2.031.542)	(262.103)	(2.025.579)	(256.450)
Resultado antes dos impostos		(36.924)	817.176	(86.406)	772.160
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(49.649)	(206.709)	-	(160.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	82.536	(27.251)	82.369	(28.440)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(4.037)	583.216	(4.037)	583.216
Lucro (prejuízo) por ação ordinária – R\$	23	(0,0014)	0,2013	(0,0014)	0,2013

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(4.037)	583.216	(4.037)	583.216
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(4.037)	583.216	(4.037)	583.216

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.600.000	2.362.614	17.522	-	4.980.136
Lucro líquido do período	-	-	-	583.216	583.216
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(3.402)	3.402	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	2.600.000	2.362.614	14.120	586.618	5.563.352
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.600.000	2.757.210	(221.009)	-	5.136.201
Reserva de incentivos fiscais referente a exercícios anteriores (1)	-	876	-	(876)	-
Prejuízo do período	-	-	-	(4.037)	(4.037)
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(1.425)	1.425	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	2.600.000	2.758.086	(222.434)	(3.488)	5.132.164

(1) A ser determinada na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a destinação dos resultados de 2020.

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do período		(4.037)	583.216	(4.037)	583.216
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	25	52.439	47.122	37.411	38.876
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		1.328	1.650	354	985
Atualização financeira dos ativos de contrato e ativos financeiros da concessão	11 e 12	(156.430)	(113.287)	(56.538)	(32.499)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	12	(2.071)	(5.596)	(2.071)	(5.596)
Equivalência patrimonial	13	(5.457)	(36.679)	(161.133)	(202.872)
Juros e variações monetárias		266.279	192.491	262.976	188.467
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	1.752.000	32.847	1.752.000	32.847
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	2.987	2.877	2.987	2.877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(82.536)	27.251	(82.369)	28.440
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira	8a	(4.302)	-	(4.132)	-
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25c	10.468	19.103	10.420	12.024
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	(1.314.240)	(152.311)	(1.314.240)	(152.311)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	20.812	11.008	20.812	11.008
Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		-	(62.576)	-	(62.576)
Obrigações pós-emprego	21	26.450	25.114	26.450	25.114
		563.690	572.230	488.890	468.000
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		126.917	(182.667)	151.962	(161.989)
Tributos compensáveis		(2.897)	3.723	(1.459)	4.990
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(8.095)	75.152	(4.071)	(3.352)
Concessionários e transporte de energia		1.586	(5.843)	1.586	(5.841)
Depósitos vinculados a litígios		195.467	909	195.553	967
Dividendos recebidos		491	1.076	491	1.078
Ativos financeiros da concessão	11	112.136	107.933	46.321	44.259
Ativos de contrato		(1.802)	3.556	(1.802)	3.556
Adiantamento a fornecedores		9.965	6.785	9.965	2.036
Outros		(10.476)	80.685	3.025	84.605
		423.292	91.309	401.571	(29.691)
(Aumento) redução de passivos					
Fornecedores		(102.918)	(140.702)	(89.879)	(107.027)
Impostos, taxas e contribuições		10.945	11.441	10.114	10.385
Imposto de renda e contribuição social		49.649	131.488	-	160.504
Salários e contribuições sociais		(4.277)	1.813	(4.211)	1.852
Encargos regulatórios		8.884	7.597	6.523	7.481
Obrigações pós-emprego	21	(19.720)	(17.693)	(19.720)	(17.693)
Adiantamento de clientes		-	(28.207)	-	(28.207)
Outros		(2.932)	27.851	(15.500)	17.953
		(60.369)	(6.412)	(112.673)	45.248
Caixa gerado nas operações					
		926.613	657.127	777.788	483.557
Outras atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(135.369)	(292.670)	-	(174.797)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(72.835)	(92.036)	(72.835)	(92.036)
Juros pagos de arrendamentos	16	(62)	(1.717)	(60)	(1.676)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		718.347	270.704	704.893	215.048

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	13b	-	(15.952)	-	(15.952)
Mútuo com partes relacionadas	27	-	46.599	-	46.599
No imobilizado	14	(25.158)	(6.121)	(14.776)	(3.546)
No intangível	15	(64)	(424)	(64)	(424)
Em títulos e valores mobiliários	6	(136.787)	(46.922)	(110.998)	8.086
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(162.009)	(22.820)	(125.838)	34.763
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(416.745)	(234.599)	(416.746)	(234.599)
Pagamentos de arrendamentos	16	(4.447)	(2.165)	(4.289)	(2.049)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(421.192)	(236.764)	(421.035)	(236.648)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	211.608	301.696	136.208	226.830
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	5	346.754	312.816	294.228	239.993

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Mar/2020		Jan a Mar/2019		Jan a Mar/2020		Jan a Mar/2019	
RECEITAS								
Venda de energia e serviços	2.122.416		2.262.791		1.931.594		2.044.495	
Receita de construção	47.198		28.087		47.198		28.087	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	99.892		80.788		-		-	
Investimentos em imobilizado	15.015		3.976		15.015		3.976	
Receita de indenização da transmissão	56.538		32.499		56.538		32.499	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(3.543)		(16.698)		(3.543)		(8.767)	
Outras receitas, líquidas	-		1.324		-		1.324	
	2.337.516		2.392.767		2.046.802		2.101.614	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(1.003.354)		(859.350)		(1.002.831)		(852.703)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(53.983)		(50.229)		(40.257)		(36.626)	
Serviços de terceiros	(62.581)		(46.154)		(53.152)		(37.631)	
Materiais	(36.477)		(21.370)		(35.556)		(20.778)	
Concessão onerosa	(680)		(628)		(678)		(628)	
Outros custos operacionais	(33.596)		(19.061)		(32.661)		(20.834)	
	(1.190.671)		(996.792)		(1.165.135)		(969.200)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.146.845		1.395.975		881.667		1.132.414	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(52.439)		(47.122)		(37.411)		(38.876)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.094.406		1.348.853		844.256		1.093.538	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	5.457		36.679		161.133		202.872	
Receitas financeiras	1.341.869		196.743		1.336.256		187.405	
	1.347.326		233.422		1.497.389		390.277	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.441.732		1.582.275		2.341.645		1.483.815	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	94.501	3,86	117.646	7,43	92.845	3,96	113.121	7,62
Remuneração direta	58.463	2,39	77.318	4,89	56.964	2,43	72.913	4,91
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	32.056	1,31	30.218	1,90	31.935	1,36	30.132	2,04
FGTS	3.982	0,16	4.256	0,27	3.946	0,17	4.222	0,28
Programa de desligamento voluntário programado	-	-	5.854	0,37	-	-	5.854	0,39
Impostos, taxas e contribuições	318.293	13,04	617.117	39,00	226.273	9,66	528.972	35,65
Federais	173.529	7,11	474.075	29,96	96.478	4,12	403.055	27,16
Estaduais	143.143	5,86	141.201	8,92	129.033	5,51	125.060	8,43
Municipais	1.621	0,07	1.841	0,12	762	0,03	857	0,06
Remuneração de capitais de terceiros	2.032.975	83,26	264.296	16,71	2.026.564	86,54	258.506	17,42
Juros	2.031.542	83,21	262.103	16,57	2.025.579	86,50	256.450	17,28
Aluguéis	1.433	0,06	2.193	0,14	985	0,04	2.056	0,14
Remuneração de capitais próprios	(4.037)	(0,17)	583.216	36,86	(4.037)	(0,17)	583.216	39,31
Lucros (prejuízos) acumulados	(4.037)	(0,17)	583.216	36,86	(4.037)	(0,17)	583.216	39,31
	2.441.732	100,00	1.582.275	100,00	2.341.645	100,00	1.483.815	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui também participação em 82 usinas, sendo 75 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.750 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais, mas o crescimento da recessão econômica parece inevitável e seus efeitos ainda não são mensuráveis.

Medidas implementadas pela Companhia

A Cemig criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões e na atuação sobre os impactos gerados, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas. Adicionalmente, o atendimento presencial nas agências foi suspenso temporariamente.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento de energia adequado.

A Cemig também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade, sempre em processo de reavaliação:

- Parcelamento dos valores não arrecadados, faturados a hospitais públicos, filantrópicos e unidades de pronto atendimento sem a incidência de multas e juros;
- Parcelamento de débitos em até seis vezes sem juros para microempresas dos setores afetados pela crise;

- Instituição de um programa junto aos seus consumidores que consiste na doação a hospitais públicos de diversas regiões de Minas Gerais, para compra de respiradores e outros equipamentos, além de doação direta, cujos valores já compromissados atingem R\$10 milhões.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia tem sido diligente no sentido de proteger a sua liquidez, implementando as seguintes medidas, entre outras:

- Revisão de seu programa de investimentos e de despesas;
- Pagamento de dividendos mínimos aos acionistas, bem como a concentração da maior parte do pagamento ao final de 2020;
- Negociação de volumes e prazos de seus contratos com seus consumidores livres;
- Diferimento dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando a severidade das restrições aos negócios e à interação social durante a pandemia, combinada aos movimentos das taxas de juros e câmbio, a Companhia estima que os resultados da retração econômica impactarão negativamente a sua posição patrimonial, sendo ainda de difícil estimativa os efeitos sobre a sua situação patrimonial e resultados.

Nesse cenário, a intervenção nas políticas de mercado e as iniciativas para reduzir a transmissão do Covid-19 levaram à redução no consumo de energia elétrica. A carga do Sistema Interligado Nacional apresentou uma redução de aproximadamente 18,3% a partir da segunda quinzena de março de 2020. Essa redução impacta a receita com fornecimento de energia da Companhia, além de aumentar as expectativas de inadimplência dos consumidores.

Em 31 de março de 2020, a partir da observação dos primeiros efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, não foi suficiente para compensar a exposição à variação cambial do instrumento de dívida, gerando uma perda líquida de R\$438 milhões no resultado do primeiro trimestre de 2020. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia.

- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada, portanto nenhum ajuste para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto foi registrado.
- A Companhia efetuou também uma avaliação na tentativa de identificar o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que neste momento, devido à alta volatilidade do mercado, não é possível concluir se as taxas atuais refletem uma alteração nos fundamentos macroeconômicos que indicassem a necessidade de recálculo do passivo atuarial para as informações contábeis intermediárias.
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. A Companhia estima que os efeitos da pandemia poderão afetar temporariamente a sua situação patrimonial em 2020, porém, não se espera impactos significativos no longo prazo. Com base nas projeções de mercado e nos efeitos mensuráveis da crise, a Companhia observou os seguintes movimentos durante o exercício de 2020:

- A Companhia vem estabelecendo negociações e diferimentos com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica, visando preservar sua liquidez no período da crise.
- A administração da Companhia também efetuou a revisão do valor justo de ativos e passivos financeiros para refletir as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa 28.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 11 de maio de 2020.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2019	31/03/2020	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	-	Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado
11	9	Imposto de renda e contribuição social
12	10	Depósitos vinculados a litígios
13	11	Ativos financeiros da concessão
14	12	Ativos de contrato
15	13	Investimentos
16	14	Imobilizado
17	15	Intangíveis
18	16	Operações de arrendamento mercantil
19	17	Fornecedores
20	18	Impostos, taxas e contribuições
21	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
22	20	Encargos regulatórios
23	21	Obrigações pós-emprego
24	22	Provisões
25	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
26	24	Receitas
27	25	Custos e despesas operacionais
28	26	Receitas e despesas financeiras
29	27	Transações com partes relacionadas
30	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
33	30	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
31	Seguros
32	Obrigações contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades Controladas	Forma de avaliação	31/03/2020 e 31/12/2019	
		Participação direta (%)	
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação		100,00
Sá Carvalho S.A.	Consolidação		100,00
Horizontes Energia S.A.	Consolidação		100,00
Rosal Energia S.A.	Consolidação		100,00
Cemig PCH S.A.	Consolidação		100,00
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	Consolidação		100,00
Cemig Trading S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação		100,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação		100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1) (5)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01/IFRIC 12, sendo estas classificadas como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Contas bancárias	3.356	8.644	432	2.503
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	269.388	184.682	259.074	127.419
Overnight (2)	74.010	18.282	34.722	6.286
	343.398	202.964	293.796	133.705
	346.754	211.608	294.228	136.208

- Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 85,00% a 103,00% em 31 de março de 2020 conforme operação (65,00% a 103,00% em 31 de dezembro 2019).
- As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 3,64% em 31 de março de 2020 (4,39% em 31 de dezembro de 2019) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante				
Letras financeiras (LF's) – Bancos (1)	404.987	323.761	190.002	111.308
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (2)	65.576	47.268	30.766	16.250
Debêntures (2)	1.858	1.573	871	541
Outros	76	76	76	76
	472.497	372.678	221.715	128.175
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (1)	33.164	-	15.559	-
Debêntures (2)	4.720	916	2.214	315
	37.884	916	17.773	315
	510.381	373.594	239.488	128.490

- As Letras Financeiras – Bancos (LF's) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LF's que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 124,00% do CDI em 31 de março de 2020 (101,95% a 113,00% em 31 de dezembro 2019).
- As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 106,75% a 113,00% do CDI em 31 de março de 2020 (108,25% a 113,00% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/03/2020	31/12/2019
Industrial	6.291	223.863	19.118	31.304	43.114	323.690	333.282
Comércio, serviços e outras	4.476	77.471	1.691	182	78	83.898	111.091
Produtor rural	70	-	-	-	-	70	-
Suprimento a outras concessionárias	6.024	267.575	27.626	6.509	8.871	316.605	257.724
Concessionários – transp. de energia	9.932	77.080	1.746	838	4.633	94.229	95.815
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	21.820	-	213.924	-	235.744	385.558
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(339)	-	(5.138)	(15.789)	(29.978)	(51.244)	(48.432)
	26.454	667.809	45.043	236.968	26.718	1.002.992	1.135.038
Ativo circulante						999.468	1.129.096
Consumidores e revendedores						905.239	1.033.281
Concessionários – Transp. energia						94.229	95.815
Ativo não circulante						3.524	5.942
Consumidores e revendedores						3.524	5.942

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 361 dias	31/03/2020	31/12/2019
Industrial	433	201.833	6.555	1.217	18.770	228.808	248.023
Comércio, serviços e outras	4.476	77.471	1.691	182	78	83.898	111.092
Produtor rural	70	-	-	-	-	70	-
Suprimento a outras concessionárias	-	234.011	17.632	155	30	251.828	195.623
Concessionários – transp. de energia	9.959	77.136	1.746	838	4.633	94.312	95.898
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	-	-	213.924	-	213.924	375.752
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(339)	-	(5.138)	(954)	(14.714)	(21.145)	(17.602)
	14.599	590.451	22.486	215.362	8.797	851.695	1.008.786
Ativo circulante						851.694	1.008.213
Consumidores e revendedores						757.382	912.315
Concessionários – Transp. energia						94.312	95.898
Ativo não circulante						1	573
Consumidores e revendedores						1	573

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.486	24.486
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	16.698	8.767
Saldo em 31 de março de 2019	41.184	33.253
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.432	17.602
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	3.543	3.543
Baixa	(731)	-
Saldo em 31 de março de 2020	51.244	21.145

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS a recuperar	20.807	21.792	15.768	17.294
Cofins	6.372	5.560	3.269	3.196
Pasep	1.788	1.612	884	867
INSS	15.054	15.041	15.054	15.041
Outros	9.083	7.177	9.209	7.302
	53.104	51.182	44.184	43.700
Não circulante				
ICMS a recuperar (1)	22.890	21.914	22.889	21.914
Cofins (2)	540.574	537.040	517.747	514.351
PIS/Pasep (2)	117.434	116.666	112.405	111.669
Outros	430	431	-	-
	681.328	676.051	653.041	647.934
	734.432	727.233	697.225	691.634

(1) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.

(2) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Maiores detalhes vide abaixo.

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, encontram-se registrados os créditos de PIS/Pasep e Cofins no ativo não circulante referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal. A opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em Companhia em 2019.

Os efeitos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo sua atualização pela Selic, foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2019, pelo montante líquido de tributos, atualizado até 31 de dezembro de 2019, de R\$427.055. Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro consolidado e individual, em 31 de março de 2020, de R\$4.302 e R\$4.132, respectivamente, conforme nota explicativa nº 26.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante				
Imposto de renda	243.159	239.443	240.711	238.261
Contribuição social	126.968	125.119	126.409	124.788
	370.127	364.562	367.120	363.049
Não circulante				
Imposto de renda	2.461	2.461	-	-
Contribuição social	606	606	-	-
	3.067	3.067	-	-

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Imposto de renda	33.767	98.712
Contribuição social	11.851	35.156
	45.618	133.868

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	509.717	-	509.717	-
Obrigações pós-emprego	448.163	444.411	448.163	444.411
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	12.280	11.075	7.189	5.984
Provisões para contingências	111.749	110.374	111.694	110.319
Provisão put SAAG	171.242	164.166	171.242	164.166
Provisão para perdas em investimentos	273.664	277.300	273.664	277.300
Outras provisões	46.080	46.080	46.080	46.080
Concessão onerosa	8.303	8.194	8.303	8.194
Outros	19.675	21.210	19.633	21.176
	1.600.873	1.082.810	1.595.685	1.077.630
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(230.100)	(231.833)	(210.846)	(212.319)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão	(508.284)	(514.801)	(508.284)	(514.801)
Valor justo de participações societárias	(144.701)	(146.852)	(144.701)	(146.852)
Atualização de depósitos judiciais	(385)	(385)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (<i>swap</i>)	(1.021.762)	(574.921)	(1.021.762)	(574.921)
Outros	(11.113)	(12.026)	(10.283)	(11.297)
	(1.916.345)	(1.480.818)	(1.895.876)	(1.460.190)
Total líquido	(315.472)	(398.008)	(300.191)	(382.560)
Total do ativo	5.143	5.100	-	-
Total do passivo	(320.615)	(403.108)	(300.191)	(382.560)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(461.731)	(436.071)
Efeitos alocados ao resultado	(27.251)	(28.440)
Outros	347	-
Saldo em 31 de março de 2019	(488.635)	(464.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(398.008)	(382.560)
Efeitos alocados ao resultado	82.536	82.369
Saldo em 31 de março de 2020	(315.472)	(300.191)

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(36.924)	817.176	(86.406)	772.160
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (crédito fiscal) (34%)	12.554	(277.840)	29.378	(262.534)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	4	6.632	-	6.629
Resultado de equivalência patrimonial	(609)	11.461	53.301	67.493
Multas indedutíveis	(160)	(2)	(160)	(2)
Contribuições e doações indedutíveis	(38)	(313)	(38)	(313)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	21.152	26.220	-	-
Outros	(16)	(118)	(112)	(217)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	32.887	(233.960)	82.369	(188.944)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(49.649)	(206.709)	-	(160.504)
Imposto de renda e contribuição diferido	82.536	(27.251)	82.369	(28.440)
	32.887	(233.960)	82.369	(188.944)
Alíquota efetiva	(89,07%)	28,63%	(95,33%)	24,47%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhistas	32.989	32.100	32.364	31.477
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.309	17.226	15.993	15.910
PIS/Pasep e Cofins (1)	12.127	207.469	-	195.409
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	66.782	66.483	66.782	66.483
IPTU	11.519	11.423	11.518	11.421
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	2.799	2.513	2.556	2.357
	128.598	323.176	114.911	309.642
Outros				
Bloqueio judicial	921	974	889	942
Regulatórios	3.055	3.002	3.055	3.002
Outros	4.759	5.025	4.721	4.988
	8.735	9.001	8.665	8.932
	170.322	364.277	155.940	350.051

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do Anuênio).
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

Levantamento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência do Pasep/Cofins sobre o ICMS, no montante atualizado total de R\$196.169. O levantamento do depósito judicial das demais controladas será requerido no âmbito dos processos que discutem a matéria, à medida do trânsito em julgado das ações por elas movidas.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Indenização a receber – transmissão (11.1)	1.279.476	1.280.652	1.279.476	1.280.652
Indenizações a receber – geração (11.2)	816.202	816.202	816.202	816.202
Bonificação de outorga – concessões de geração (11.3)	2.502.293	2.468.216	-	-
	4.597.971	4.565.070	2.095.678	2.096.854
Circulante	444.197	439.582	190.064	189.017
Não circulante	4.153.774	4.125.488	1.905.614	1.907.837

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.225.132	1.296.314	4.521.446	816.202	1.296.314	2.112.516
Atualização financeira	80.788	25.824	106.612	-	25.824	25.824
Recebimentos	(63.674)	(44.259)	(107.933)	-	(44.259)	(44.259)
Transferências – Ativo de contrato (nota 12)	-	44.082	44.082	-	44.082	44.082
Saldos em 31 de março de 2019	3.242.246	1.321.961	4.564.207	816.202	1.321.961	2.138.163
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.284.418	1.280.652	4.565.070	816.202	1.280.652	2.096.854
Atualização financeira	99.892	45.145	145.037	-	45.145	45.145
Recebimentos	(65.815)	(46.321)	(112.136)	-	(46.321)	(46.321)
Saldos em 31 de março de 2020	3.318.495	1.279.476	4.597.971	816.202	1.279.476	2.095.678

11.1 Transmissão - Indenização a receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para qual exige-se apenas a passagem do tempo antes do seu pagamento foi classificada como ativo financeiro, em conformidade ao CPC 48.

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro se fundamenta na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. Considerando que se utiliza o custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017, para remuneração do ativo financeiro reconhecido, este é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/CPC 48, pois é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

A indenização a ser recebida, atualizada até 31 de março de 2020, no montante de R\$1.279.476 (R\$1.280.652 em 31 de dezembro de 2019) é classificada como ativo financeiro, pelo custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$815.889 (R\$832.915 em 31 de dezembro de 2019) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$463.587 em 31 de março de 2020 (R\$447.737 em 31 de dezembro de 2019), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, por meio da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/Aneel, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que essa é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de março de 2020.

11.2 Indenização a receber - Geração

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de março de 2020, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel.

11.3 Bonificação pela outorga – Concessões de geração

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2019	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.402.425	54.427	(35.363)	1.421.489
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	440.158	17.146	(11.152)	446.152
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	164.799	7.078	(4.741)	167.136
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	123.585	5.278	(3.530)	125.333
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	161.490	7.297	(4.966)	163.821
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	109.757	5.395	(3.771)	111.381
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	66.002	3.271	(2.292)	66.981
Total		2.468.216	99.892	(65.815)	2.502.293

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	43.660	(34.212)	1.379.348
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	13.764	(10.789)	432.885
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	5.787	(4.587)	161.801
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	4.311	(3.415)	121.348
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	6.018	(4.805)	158.430
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	4.510	(3.648)	107.559
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	2.738	(2.218)	64.673
Total		2.408.930	80.788	(63.674)	2.426.044

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de março de 2020:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Transmissão – Ativos reincorporados à base de remuneração de ativos	318.723	347.691	318.723	347.691
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	892.647	848.543	892.647	848.543
	1.211.370	1.196.234	1.211.370	1.196.234
Circulante	166.220	171.849	166.220	171.849
Não circulante	1.045.150	1.024.385	1.045.150	1.024.385

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129.310
Adições	28.087
Atualização financeira	6.675
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	5.596
Recebimentos	(31.643)
Baixa	(926)
Transferências para o imobilizado (nota 14)	(73)
Transferências para o ativo financeiro (nota 11)	(44.082)
Saldo em 31 de março de 2019	1.092.944
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.196.234
Adições	47.198
Atualização financeira	11.393
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	2.071
Recebimentos	(45.396)
Baixa	(130)
Saldo em 31 de março de 2020	1.211.370

Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido por meio da RAP

A parcela econômica da RAP, referente às instalações da RBSE, consubstanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato, à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção. Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15/CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13, alcançam o montante de R\$318.723 em 31 de março de 2020 (R\$347.691 em 31 de dezembro de 2019) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret.

De acordo com o Proret, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões, as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de março de 2020, o saldo a receber é de R\$892.647 (R\$848.543 em 31 de dezembro de 2019).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização, atrelada ao cumprimento das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	151.875	166.617	151.875	166.617
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	372.923	384.809	372.923	384.809
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	55.274	53.728	55.274	53.728
Guanhães Energia	130.718	131.076	130.718	131.076
Hidrelétrica Pipoca	30.341	30.730	30.341	30.730
Lightger	46.616	46.487	46.616	46.487
Baguari Energia	163.442	157.499	163.442	157.499
Aliança Norte (usina Belo Monte)	666.517	671.166	666.517	671.166
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.021.086	1.027.860	1.021.086	1.027.860
Aliança Geração	1.219.127	1.191.550	1.219.127	1.191.550
Retiro Baixo	185.743	180.043	185.743	180.043
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (1)	-	-	-	-
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	18	19
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.460.542	1.407.996
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	463.865	446.318
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	191.475	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	145.876	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	187.613	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	136.808	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	78.190	72.648
Rosal Energia S.A.	-	-	136.022	127.994
Sá Carvalho S.A.	-	-	136.216	123.929
Horizontes Energia S.A.	-	-	64.258	57.397
Cemig PCH S.A.	-	-	106.803	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	3.600	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	42.217	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	-	-	3.349	3.359
Cemig Trading S.A.	-	-	38.214	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	146.950	149.260
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	113.580	124.507
Total do Investimento	4.043.662	4.041.565	7.499.258	7.341.485
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(22.002)	(21.810)	(22.002)	(21.810)
Total	4.021.660	4.019.755	7.477.256	7.319.675

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Conseqüentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de março de 2020 alcançou o montante de R\$22.002 (R\$21.810 em 31 de dezembro de 2019).

Para o período findo em 31 de março de 2020 a Administração da Companhia considerou que houve indicação, devido ao choque econômico da pandemia do COVID-19 (Nota 1.c), de indicadores que pudessem sofrer alterações passíveis de desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Considerando que a pandemia trouxe efeitos conjunturais, e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu nenhuma alteração, a Administração da Companhia e de suas controladas concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de todos seus investimentos, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$58.518 (R\$60.072 em 31 de dezembro de 2019) e R\$64.541 (R\$66.606 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2018	Amortização	31/03/2019	31/12/2019	Amortização	31/03/2020
Retiro Baixo	31.966	(347)	31.619	30.576	(347)	30.229
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(184)	17.816	17.263	(184)	17.079
Aliança Geração	377.534	(6.327)	371.207	352.225	(6.328)	345.897
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(493)	52.082	50.603	(493)	50.110
	480.075	(7.351)	472.724	450.667	(7.352)	443.315

Controladora	31/12/2018	Amortização	31/03/2019	31/12/2019	Amortização	31/03/2020
Retiro Baixo	31.966	(347)	31.619	30.576	(347)	30.229
Central Eólica Praias de Parajuru	66.286	(1.554)	64.732	60.072	(1.554)	58.518
Central Eólica Volta do Rio (1)	95.819	(2.053)	93.766	66.606	(2.065)	64.541
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(184)	17.816	17.263	(184)	17.079
Aliança Geração	377.534	(6.327)	371.207	352.225	(6.328)	345.897
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(493)	52.082	50.603	(493)	50.110
	642.180	(10.958)	631.222	577.345	(10.971)	566.374

b) A movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/03/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	1.546	-	55.274
Guanhães Energia	131.076	(358)	-	130.718
Hidrelétrica Pipoca	30.730	1.434	(1.823)	30.341
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	166.617	(14.742)	-	151.875
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(11.886)	-	372.923
Baguari Energia	157.499	5.943	-	163.442
Lightger	46.487	1.858	(1.729)	46.616
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(6.774)	-	1.021.086
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(4.649)	-	666.517
Aliança Geração	1.191.550	27.577	-	1.219.127
Retiro Baixo	180.043	5.700	-	185.743
Total do Investimento	4.041.565	5.649	(3.552)	4.043.662
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(192)	-	(22.002)
Total	4.019.755	5.457	(3.552)	4.021.660

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/03/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	1.546	-	55.274
Guanhães Energia	131.076	(358)	-	130.718
Hidrelétrica Pipoca	30.730	1.434	(1.823)	30.341
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	166.617	(14.742)	-	151.875
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(11.886)	-	372.923
Baguari Energia	157.499	5.943	-	163.442
Central Eólica Praias Parajuru	149.260	(2.310)	-	146.950
Central Eólica Volta do Rio	124.507	(10.927)	-	113.580
Lightger	46.487	1.858	(1.729)	46.616
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(6.774)	-	1.021.086
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(4.649)	-	666.517
Aliança Geração	1.191.550	27.577	-	1.219.127
Retiro Baixo	180.043	5.700	-	185.743
Cemig Baguari	19	(1)	-	18
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.407.996	52.546	-	1.460.542
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	446.318	17.547	-	463.865
Cemig Ger. Itutinga S.A.	183.617	7.858	-	191.475
Cemig Geração Camargos S.A.	136.140	9.736	-	145.876
Cemig Geração Sul S.A.	179.275	8.338	-	187.613
Cemig Geração Leste S.A.	126.802	10.006	-	136.808
Cemig Geração Oeste S.A.	72.648	5.542	-	78.190
Rosal Energia S.A.	127.994	8.028	-	136.022
Sá Carvalho S.A.	123.929	12.287	-	136.216
Horizontes Energia S.A.	57.397	6.861	-	64.258
Cemig PCH S.A.	97.731	9.072	-	106.803
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	3.638	(38)	-	3.600
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	28.263	13.954	-	42.217
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	3.359	(10)	-	3.349
Cemig Trading S.A.	31.027	7.187	-	38.214
Total do Investimento	7.341.485	161.325	(3.552)	7.499.258
Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(192)	-	(22.002)
Total	7.319.675	161.133	(3.552)	7.477.256

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Saldo em 31/03/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	2.580	-	-	51.793
Guanhães Energia	111.838	(129)	15.952	-	127.661
Hidrelétrica Pipoca	30.629	(40)	-	-	30.589
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(6.907)	-	-	263.183
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	470.022	(5.821)	-	-	464.201
Baguari Energia	162.224	4.815	-	-	167.039
Lightger	42.191	3.917	-	(747)	45.361
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	1.012.636	(1.241)	-	-	1.011.395
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	663.755	(1.374)	-	-	662.381
Aliança Geração	1.216.860	37.628	-	-	1.254.488
Retiro Baixo	170.720	3.399	-	-	174.119
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(148)	-	-	4.982
Total do investimento	4.205.308	36.679	15.952	(747)	4.257.192

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 31/03/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	2.580	-	-	51.793
Guanhães Energia	111.838	(129)	15.952	-	127.661
Hidrelétrica Pipoca	30.629	(40)	-	-	30.589
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(6.907)	-	-	263.183
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(5.821)	-	-	464.201
Baguari Energia	162.224	4.815	-	-	167.039
Central Eólica Praias Parajuru	145.880	843	-	-	146.723
Central Eólica Volta do Rio	180.976	(117)	-	-	180.859
Lightger	42.191	3.917	-	(747)	45.361
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	(1.241)	-	-	1.011.395
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	(1.374)	-	-	662.381
Aliança Geração	1.216.860	37.628	-	-	1.254.488
Retiro Baixo	170.720	3.399	-	-	174.119
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(148)	-	-	4.982
Cemig Baguari	36	(15)	-	-	21
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.395.614	44.501	-	-	1.440.115
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.083	16.628	-	-	456.711
Cemig Ger. Itutinga S.A.	178.545	11.613	-	(5.130)	185.028
Cemig Geração Camargos S.A.	131.570	8.328	-	-	139.898
Cemig Geração Sul S.A.	176.424	12.030	-	(5.695)	182.759
Cemig Geração Leste S.A.	120.686	8.162	-	(1.506)	127.342
Cemig Geração Oeste S.A.	69.898	4.622	-	-	74.520
Rosal Energia S.A.	124.897	12.348	-	-	137.245
Sá Carvalho S.A. (2)	94.447	12.812	-	-	107.259
Horizontes Energia S.A.	54.953	3.693	-	-	58.646
Cemig PCH S.A.	92.987	2.430	-	-	95.417
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	18.406	159	-	-	18.565
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (3)	26.755	13.517	-	-	40.272
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.841	263	-	-	3.104
Cemig Trading S.A.	28.135	14.376	-	-	42.511
Total do Investimento	7.488.441	202.872	15.952	(13.078)	7.694.187

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de março de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	3.272.482	15,51	10.619.786	3.704.760
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	112.804	49,00	35.000	109.649
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	266.772	49,00	548.626	267.503
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	61.920	49,00	41.360	62.715
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	235.549	69,39	186.573	226.984
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	95.138	49,00	79.232	94.871
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.257.972	49,00	1.208.071	1.266.453
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.597.723	74,50	1.322.598	1.370.585	74,50	1.322.598	1.379.678
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	1.938.088	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	308.253	49,90	225.350	299.532
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	N/D	N/D	36,23	2.919.019	(1.090.547)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	69.282.514	49,00	69.283	(44.901)	49,00	69.283	(44.510)
Controladas							
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	18	100,00	306	19
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.460.542	100,00	1.291.423	1.407.996
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	463.865	100,00	405.268	446.318
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	191.475	100,00	151.309	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	145.876	100,00	113.499	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	187.613	100,00	148.147	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	136.808	100,00	100.569	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	78.190	100,00	60.595	72.648
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	136.022	100,00	46.944	127.994
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	136.216	100,00	36.833	123.929
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	64.258	100,00	39.258	57.397
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	106.803	100,00	45.952	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	1.402.000	100,00	1.402	3.600	100,00	1.402	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	42.217	100,00	486	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	3.349	100,00	1.000	3.359
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	38.214	100,00	1.000	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	71.834.843	100,00	71.835	88.432	100,00	71.835	89.188
Central Eólica Volta do Rio S.A.	138.867.440	100,00	138.867	49.039	100,00	138.867	57.901

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento nesta investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. Adicionalmente, esta investida não concluiu suas informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2020, motivo pelo qual suas informações contábeis não estão sendo divulgadas.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No período findo em 31 de março de 2020, a MESA apresentou prejuízo de R\$432.278 (R\$80.888 em 31 de março de 2019) e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$144.926 (R\$427.060 em 31 de dezembro de 2019). Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678.551, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 31 de março de 2020, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678.551.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Companhia instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)

A controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresentando capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa ao longo do período findo em 31 de março de 2020.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a Companhia passou provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação de uma empresa independente para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019, a Renova protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial, o qual deve ser submetido à aprovação da Assembleia Geral de Credores conforme termos e prazos estabelecidos na Lei 11.101/2005. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano, sendo que, até a presente data, não foram mensurados os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a Cemig (controladora da Cemig GT) empréstimo do tipo “*debtor-in-possession*” (“DIP”), no montante total de R\$36.500, sendo de R\$16.500 em 2019 e R\$20.000 em 28 de janeiro de 2020. Os recursos desses empréstimos, na modalidade de mútuo pós concursual, ou seja, durante o processo de Recuperação Judicial, são necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Renova, foram autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, e são garantidos por alienação fiduciária de ações de uma empresa constituída por um projeto eólico de propriedade da Renova, além de possuírem prioridade no recebimento no decorrer do processo de recuperação judicial. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019, a Cemig GT concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000.

Em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou o aceite da oferta vinculante realizada pela ARC Capital Ltda. (“ARC”), em conjunto com a G5 Administradora de Recursos Ltda. (“G5”), e da XP Vista Asset Management Ltda. (“XP”) de financiamento para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para as despesas operacionais correntes da Companhia (“Oferta Vinculante”), que se encontra em fase de diligências e ainda pendente de conclusão.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas informações contábeis intermediárias.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de março de 2020, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$3.300.775 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2020 é de aproximadamente R\$1.995.000 (R\$1.962.000 em 31 de dezembro de 2019).

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da investida e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 31 de março de 2020 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia e da sua controladora na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2020 como resultado dessas investigações.

Em 29 de julho de 2019, a Cemig (controladora da Companhia) assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ). A Cemig tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço	7.249.371	(4.973.380)	2.275.991	7.244.763	(4.929.379)	2.315.384
Terrenos	247.453	(20.131)	227.322	247.453	(19.178)	228.275
Reservatórios, barragens e adutoras	3.279.994	(2.219.476)	1.060.518	3.279.784	(2.199.659)	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.091.750	(822.636)	269.114	1.091.605	(818.120)	273.485
Máquinas e equipamentos	2.596.342	(1.882.861)	713.481	2.592.087	(1.864.599)	727.488
Veículos	20.616	(18.066)	2.550	20.616	(17.687)	2.929
Móveis e utensílios	13.216	(10.210)	3.006	13.218	(10.136)	3.082
Em curso	151.831	-	151.831	133.103	-	133.103
Ativos em curso	151.831	-	151.831	133.103	-	133.103
Imobilizado líquido	7.401.202	(4.973.380)	2.427.822	7.377.866	(4.929.379)	2.448.487

Controladora	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço	6.154.463	(4.436.754)	1.717.709	6.153.927	(4.404.015)	1.749.912
Terrenos	243.194	(19.808)	223.386	243.194	(18.867)	224.327
Reservatórios, barragens e adutoras	3.003.075	(2.087.203)	915.872	3.003.075	(2.069.552)	933.523
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013.385	(786.662)	226.723	1.013.385	(782.773)	230.612
Máquinas e equipamentos	1.861.445	(1.515.191)	346.254	1.860.907	(1.505.381)	355.526
Veículos	20.401	(17.851)	2.550	20.401	(17.473)	2.928
Móveis e utensílios	12.963	(10.039)	2.924	12.965	(9.969)	2.996
Em curso	85.668	-	85.668	72.279	-	72.279
Ativos em curso	85.668	-	85.668	72.279	-	72.279
Imobilizado líquido	6.240.131	(4.436.754)	1.803.377	6.226.206	(4.404.015)	1.822.191

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2020
Em serviço	2.315.384	-	5.456	(224)	(44.625)	2.275.991
Terrenos (1)	228.275	-	-	-	(953)	227.322
Reservatórios, barragens e adutoras	1.080.125	-	210	-	(19.817)	1.060.518
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.485	-	144	-	(4.515)	269.114
Máquinas e equipamentos	727.488	-	5.102	(224)	(18.885)	713.481
Veículos	2.929	-	-	-	(379)	2.550
Móveis e utensílios	3.082	-	-	-	(76)	3.006
Em curso	133.103	25.158	(5.456)	(974)	-	151.831
Imobilizado líquido	2.448.487	25.158	-	(1.198)	(44.625)	2.427.822

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2020
Em serviço	1.749.912	-	1.387	(224)	(33.366)	1.717.709
Terrenos (1)	224.327	-	-	-	(941)	223.386
Reservatórios, barragens e adutoras	933.523	-	-	-	(17.651)	915.872
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.612	-	-	-	(3.889)	226.723
Máquinas e equipamentos	355.526	-	1.387	(224)	(10.435)	346.254
Veículos	2.928	-	-	-	(378)	2.550
Móveis e utensílios	2.996	-	-	-	(72)	2.924
Em curso	72.279	14.776	(1.387)	-	-	85.668
Imobilizado líquido	1.822.191	14.776	-	(224)	(33.366)	1.803.377

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2019
Em serviço	2.540.035	-	6.510	(724)	(39.692)	2.506.129
Terrenos (1)	214.967	-	-	-	(631)	214.336
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	1.651	-	(20.324)	1.131.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.688	-	636	-	(4.668)	309.656
Máquinas e equipamentos	853.054	-	4.194	(724)	(13.610)	842.914
Veículos	4.525	-	-	-	(381)	4.144
Móveis e utensílios	3.306	-	29	-	(78)	3.257
Em curso	119.186	6.121	(6.437)	-	-	118.870
Imobilizado líquido	2.659.221	6.121	73	(724)	(39.692)	2.624.999

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e transferência para o Ativo Financeiro.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2019
Em serviço	1.939.887	-	2.773	(59)	(35.189)	1.907.412
Terrenos (1)	210.963	-	-	-	(617)	210.346
Reservatórios, barragens e adutoras	996.451	-	1.528	-	(18.168)	979.811
Edificações, obras civis e benfeitorias	269.263	-	-	-	(4.051)	265.212
Máquinas e equipamentos	455.563	-	1.245	(59)	(11.901)	444.848
Veículos	4.505	-	-	-	(381)	4.124
Móveis e utensílios	3.142	-	-	-	(71)	3.071
Em curso	85.318	3.546	(2.700)	-	-	86.164
Imobilizado líquido	2.025.205	3.546	73	(59)	(35.189)	1.993.576

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e transferência para o Ativo Financeiro.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 2,90%.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2020	31/12/2019
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.210	217.210
Depreciação acumulada			(110.861)	(109.012)
Total em operação			106.349	108.198
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	980	980
Total em construção			980	980
Total			107.329	109.178

15. INTANGÍVEIS

Consolidado	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço	296.402	(152.839)	143.563	296.397	(148.179)	148.218
Servidão	11.749	(3.450)	8.299	11.749	(3.292)	8.457
Concessão onerosa	19.169	(12.779)	6.390	19.169	(12.609)	6.560
Ativos da concessão (1)	202.337	(79.278)	123.059	202.337	(75.659)	126.678
Outros	63.147	(57.332)	5.815	63.142	(56.619)	6.523
Em curso	7.433	-	7.433	7.369	-	7.369
Ativos em formação	7.433	-	7.433	7.369	-	7.369
Intangível líquido	303.835	(152.839)	150.996	303.766	(148.179)	155.587

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante de R\$123.059 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço	93.371	(73.474)	19.897	93.366	(72.448)	20.918
Servidão	11.451	(3.450)	8.001	11.451	(3.292)	8.159
Concessão onerosa	19.169	(12.779)	6.390	19.169	(12.609)	6.560
Outros	62.751	(57.245)	5.506	62.746	(56.547)	6.199
Em curso	7.406	-	7.406	7.342	-	7.342
Ativos em formação	7.406	-	7.406	7.342	-	7.342
Intangível líquido	100.777	(73.474)	27.303	100.708	(72.448)	28.260

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2020
Em serviço	148.218	-	(4.655)	143.563
Servidão	8.457	-	(158)	8.299
Concessão onerosa	6.560	-	(170)	6.390
Ativos da concessão	126.678	-	(3.619)	123.059
Outros	6.523	-	(708)	5.815
Em curso	7.369	64	-	7.433
Ativos em formação	7.369	64	-	7.433
Total	155.587	64	(4.655)	150.996

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2020
Em serviço	20.918	-	(1.021)	19.897
Servidão	8.159	-	(158)	8.001
Concessão onerosa	6.560	-	(170)	6.390
Outros	6.199	-	(693)	5.506
Em curso	7.342	64	-	7.406
Ativos em formação	7.342	64	-	7.406
Total	28.260	64	(1.021)	27.303

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	Saldo em 31/03/2019
Em serviço	191.135	-	376	(4.714)	186.797
Servidão	9.085	-	-	(168)	8.917
Concessão onerosa	7.239	-	-	(170)	7.069
Direitos de exploração	162.106	-	-	(3.608)	158.498
Outros	12.705	-	376	(768)	12.313
Em Curso	6.448	424	(376)	-	6.496
Ativos em formação	6.448	424	(376)	-	6.496
Total	197.583	424	-	(4.714)	193.293

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	Saldo em 31/03/2019
Em serviço	24.267	-	376	(1.105)	23.538
Servidão	8.787	-	-	(168)	8.619
Concessão onerosa	7.239	-	-	(170)	7.069
Outros	8.241	-	376	(767)	7.850
Em curso	6.448	424	(376)	-	6.496
Ativos em formação	6.448	424	(376)	-	6.496
Total	30.715	424	-	(1.105)	30.034

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 19,91%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo intangível relativo ao direito de autorização de geração eólica da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultados. O teste de impairment do ativo intangível referente à autorização de geração de energia eólica concedida à Volta do Rio decorre do não atingimento da performance operacional esperada em 2019 para os ativos da controlada. O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (wacc) definido para a atividade pela Companhia, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2020 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência na taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos e é amortizado em bases lineares até o término do prazo do contrato de arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.823	16.379	61.202
Amortização	(1.224)	(1.492)	(2.716)
Saldos em 31 de março de 2019	43.599	14.887	58.486
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.260	10.724	52.984
Baixa (contratos encerrados)	(173)	-	(173)
Amortização (1)	(1.786)	(1.534)	(3.320)
Saldos em 31 de março de 2020	40.301	9.190	49.491
Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.735	14.810	59.545
Amortização	(1.221)	(1.361)	(2.582)
Saldos em 31 de março de 2019	43.514	13.449	56.963
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.903	9.678	51.581
Amortização (1)	(1.780)	(1.404)	(3.184)
Saldos em 31 de março de 2020	40.123	8.274	48.397

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$160.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	61.202	59.545
Juros incorridos	1.717	1.676
Pagamentos efetuados	(3.882)	(3.725)
Saldos em 31 de março de 2019	59.037	57.496
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.059	53.599
Baixa (contratos encerrados)	(174)	-
Juros incorridos (2)	1.458	1.427
Arrendamentos pagos	(4.447)	(4.289)
Juros sobre arrendamentos pagos	(62)	(60)
Saldos em 31 de março de 2020	51.834	50.677
Passivo circulante	15.249	14.643
Passivo não circulante	36.585	36.034

(1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. e 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.

(2) As despesas financeiras reconhecidas no período estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$94.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	139.155	51.834	137.796	50.677
PIS/Pasep e Cofins potencial	11.781	3.814	11.758	3.800

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2020	12.951	12.471
2021	10.152	9.513
2022	5.039	5.009
2023	5.027	5.000
2024	5.022	4.998
2025 a 2045	100.964	100.805
Valores não descontados	139.155	137.796
Juros embutidos	(87.321)	(87.119)
Passivo de arrendamento	51.834	50.677

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Suprimento e transporte de energia elétrica	275.947	354.570	272.409	344.248
Materiais e serviços	43.447	67.742	34.029	52.069
	319.394	422.312	306.438	396.317

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS	17.489	15.410	13.588	11.723
Pasep	5.968	4.371	4.541	2.973
Cofins	26.259	18.945	20.832	13.630
INSS	5.324	5.340	4.241	4.378
ISSQN	1.576	1.893	1.300	1.430
Outros	5.530	5.289	4.366	4.874
	62.146	51.248	48.868	39.008
Não circulante				
Pasep	23	52	10	10
Cofins	121	300	62	62
	144	352	72	72
	62.290	51.600	48.940	39.080

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 31/03/2020			Consolidado 31/12/2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	271.084	7.798.051	8.069.135	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(17.930)	(17.930)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(28.889)	(28.889)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				271.084	7.751.232	8.022.316	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	61.652	-	61.652	60.516
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	119.918	-	119.918	117.710
Dívida em moeda nacional				181.570	-	181.570	178.411
Total de empréstimos e financiamentos				452.654	7.751.232	8.203.886	6.221.457
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	350.598	356.200	706.798	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	17.887	-	17.887	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	289.295	216.513	505.808	578.067
(-) Custos de transação				(9.005)	(6.756)	(15.761)	(18.022)
Total de debêntures				648.775	565.957	1.214.732	1.665.326
Total geral				1.101.429	8.317.189	9.418.618	7.886.783

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

(2) Central Eólica Praias de Parajuru.

(3) Central Eólica Volta do Rio.

(4) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 31/03/2020			Controladora 31/12/2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	271.084	7.798.051	8.069.135	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(17.930)	(17.930)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(28.889)	(28.889)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				271.084	7.751.232	8.022.316	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Dívida em moeda nacional				-	-	-	185
Total de empréstimos e financiamentos				271.084	7.751.232	8.022.316	6.043.231
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	350.598	356.200	706.798	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	17.887	-	17.887	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	289.295	216.513	505.808	578.067
(-) Custos de transação				(9.005)	(6.756)	(15.761)	(18.022)
Total de debêntures				648.775	565.957	1.214.732	1.665.326
Total geral				919.859	8.317.189	9.237.048	7.708.557

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;

(2) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas						
Dólar Norte Americano	271.084	-	-	-	7.798.051	8.069.135
Total por moedas	271.084	-	-	-	7.798.051	8.069.135
Indexadores						
IPCA (1)	22.763	345.721	356.201	-	-	724.685
CDI (2)	217.122	288.686	-	-	-	505.808
TJLP (3)	181.570	-	-	-	-	181.570
Total por indexadores	421.455	634.407	356.201	-	-	1.412.063
(-) Custos de transação	(6.733)	(8.996)	(32)	-	(17.930)	(33.691)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	(28.889)	(28.889)
Total geral	685.806	625.411	356.169	-	7.751.232	9.418.618

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas						
Dólar Norte Americano	271.084	-	-	-	7.798.051	8.069.135
Total por moedas	271.084	-	-	-	7.798.051	8.069.135
Indexadores						
IPCA (1)	22.763	345.721	356.201	-	-	724.685
CDI (2)	217.122	288.686	-	-	-	505.808
Total por indexadores	239.885	634.407	356.201	-	-	1.230.493
(-) Custos de transação	(6.733)	(8.996)	(32)	-	(17.930)	(33.691)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	(28.889)	(28.889)
Total geral	504.236	625.411	356.169	-	7.751.232	9.237.048

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado de Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2020 %	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2019 %	Indexador	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2020 %	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2019 %
Dólar Norte-Americano	28,98	0,57	IPCA	0,53	1,51
			CDI	1,02	1,51
			TJLP	(8,62)	0,72

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.886.783	7.708.557
Variação monetária	17.018	14.231
Variação cambial	1.752.000	1.752.000
Encargos financeiros provisionados	249.410	248.854
Amortização dos custos de transação	2.987	2.987
Encargos financeiros pagos	(72.835)	(72.835)
Amortização de principal	(416.745)	(416.746)
Saldos em 31 de março de 2020	9.418.618	9.237.048

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.198.912	8.035.545
Variação monetária	17.454	13.348
Variação cambial	32.847	32.847
Encargos financeiros provisionados	198.464	198.464
Amortização dos custos de transação	2.877	2.877
Encargos financeiros pagos	(92.036)	(92.036)
Amortização de financiamentos	(234.599)	(234.599)
Saldo em 31 de março de 2019	8.123.919	7.956.446

Garantias

Em 31 de março de 2020 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

	31/03/2020
Aval e Fiança	8.746.928
Recebíveis	181.569
Ações	490.121
TOTAL	9.418.618

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (3)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2,00% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de março de 2020, com exceção do descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$181.570, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	8.951	5.949	6.042	3.100
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – Cfurh	7.993	9.767	3.705	6.951
Conta de desenvolvimento energético – CDE	58.366	58.327	58.366	58.327
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	998	999	808	809
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	6.876	8.353	6.876	8.353
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	2.874	1.503	2.463	1.106
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	135.286	128.248	124.513	118.283
Pesquisa expansão sistema energético	1.623	937	1.371	692
	222.967	214.083	204.144	197.621
Passivo circulante	169.731	168.785	157.031	157.638
Passivo não circulante	53.236	45.298	47.113	39.983

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	456.211	515.889	10.374	94.372	1.076.846
Despesa reconhecida no resultado	10.348	12.253	249	2.264	25.114
Contribuições pagas	(10.306)	(6.524)	(145)	(718)	(17.693)
Passivo líquido em 31 de março de 2019	456.253	521.618	10.478	95.918	1.084.267
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	623.240	672.996	12.850	125.801	1.434.887
Despesa reconhecida no resultado	10.829	12.914	254	2.453	26.450
Contribuições pagas	(11.852)	(7.120)	(154)	(594)	(19.720)
Passivo líquido em 31 de março de 2020	622.217	678.790	12.950	127.660	1.441.617
				31/03/2020	31/12/2019
Passivo circulante				63.209	62.550
Passivo não circulante				1.378.408	1.372.337

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$22.527 (R\$21.668 em 31 de março de 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$3.923 (R\$3.446 em 31 de março de 2019).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - Forluz

Em 31 de março de 2020, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$123.868 (R\$128.172 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2020, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$124.343 (R\$124.499 em 31 de dezembro de 2019, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para dos déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$83.648, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$40.695. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2019	Adições	Liquidações	31/03/2020
Trabalhistas	69.043	2.646	(2.367)	69.322
Cíveis	182	5	-	187
Tributárias	285.940	2.590	-	288.530
Regulatórias	3.004	105	-	3.109
Ambientais	54	2	-	56
Outras	42.234	1.577	(58)	43.753
Total	400.457	6.925	(2.425)	404.957

Controladora	31/12/2019	Adições	Liquidações	31/03/2020
Trabalhistas	69.044	2.601	(2.367)	69.278
Cíveis	182	5	-	187
Tributárias	285.903	2.589	-	288.492
Regulatórias	3.004	105	-	3.109
Outras	42.072	1.577	(58)	43.591
Total	400.205	6.877	(2.425)	404.657

Consolidado	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	54.901	2.605	(1.438)	(2.603)	53.465
Cíveis	168	4	-	-	172
Tributárias	2.874	105	(441)	(30)	2.508
Regulatórias	2.521	1.011	-	(817)	2.715
Ambientais	48	1	-	-	49
Outras	38.196	1.256	(698)	(77)	38.677
Total	98.708	4.982	(2.577)	(3.527)	97.586

Controladora	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	54.035	2.605	(585)	(2.604)	53.451
Cíveis	168	4	-	-	172
Tributárias	2.874	105	(441)	(30)	2.508
Regulatórias	2.521	1.011	-	(817)	2.715
Outras	38.195	1.257	(699)	(76)	38.677
Total	97.793	4.982	(1.725)	(3.527)	97.523

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$162.218 (R\$163.224 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$68.105 foram provisionados (R\$68.007 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de setembro de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$7.757 (R\$7.163 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.217 (R\$1.036 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$345.181 (R\$341.988 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$286.454 (R\$283.861 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 31 de março de 2020, para liquidar estas discussões.

Demais Ações tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$66.214 (R\$61.482 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$2.076 (R\$2.079 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$34.232 (R\$31.302 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$3.109 (R\$3.004 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$128.214 (R\$148.475 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$43.996 foram provisionados (R\$42.470 em 31 de dezembro de 2019). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$66.782 (R\$66.483 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$68.601 (R\$68.137 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$17.825 (R\$17.747 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, Pis e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$81.624 (R\$80.249 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$84.140 (R\$83.344 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$354.779 (R\$343.469 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,50% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$170.993 (R\$165.299 em 31 de dezembro de 2019).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$98.025 (R\$95.215 em 31 de dezembro de 2019).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$44.171 (R\$42.799 em 31 de dezembro de 2019), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Capital Social da Companhia é de R\$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2020	31/03/2019
Quantidade de ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro líquido (prejuízo) do período	(4.037)	583.216
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,0014)	0,2013

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro (prejuízo) por ação nos períodos apresentados.

Assembleia Geral Ordinária – AGO

A Companhia reapresentou ao mercado o seu calendário de eventos corporativos, em 31 de março de 2020, alterando a data de realização da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), de 30 de abril de 2020 para 31 de julho de 2020, na qual será deliberada a proposta de destinação de resultados da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgada nas demonstrações financeiras de 2019. O Conselho de Administração encaminhará à AGO a proposta de aumento do capital social de R\$2.600.000 para R\$4.000.000, conforme Art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2019 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excederam o capital social em R\$113.360.

24. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.891.834	1.730.450	1.730.484	1.553.027
Receita de concessão da transmissão – com impostos (b)	171.614	163.156	172.766	164.115
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	99.892	80.788	-	-
Receita de construção (d)	47.198	28.087	47.198	28.087
Transações com energia na CCEE (e)	24.524	259.216	9.105	241.889
Receita de indenização da transmissão (f)	56.538	32.499	56.538	32.499
Ressarcimentos contratuais	-	62.576	-	62.576
Outras receitas operacionais (g)	34.444	47.393	19.239	22.888
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(434.378)	(449.289)	(391.030)	(405.482)
	1.891.666	1.954.876	1.644.300	1.699.599

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Mar/2020		Jan a Mar/2019		Jan a Mar/2020		Jan a Mar/2019	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.005.352	719.830	3.231.349	725.101	2.699.399	674.596	2.872.573	667.323
Comercial	1.185.574	245.041	919.215	203.351	1.179.036	242.434	911.151	200.277
Rural	3.648	943	504	126	3.648	943	504	126
Subtotal	4.194.574	965.814	4.151.068	928.578	3.882.083	917.973	3.784.228	867.726
Fornec. não faturado, líquido	-	(3.954)	-	24.432	-	(14.696)	-	23.700
	4.194.574	961.860	4.151.068	953.010	3.882.083	903.277	3.784.228	891.426
Suprim. outras concessionárias (2)	3.256.285	880.793	3.108.702	834.176	3.155.599	767.496	3.006.982	722.298
Suprimento não faturado líquido	-	49.181	-	(56.736)	-	59.711	-	(60.697)
	7.450.859	1.891.834	7.259.770	1.730.450	7.037.682	1.730.484	6.791.210	1.553.027

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

A Receita de Concessão da Transmissão corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$2.071 no período de três meses findo em 31 de março de 2020 (R\$5.596 no período de três meses findo em 31 de março de 2019).

A Companhia está sujeita à penalidade pecuniária denominada Parcela Variável – PV, a qual é aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Essa penalidade é reconhecida como redução da receita de operação e manutenção da rede de transmissão no período em que ocorre. Em 31 de março de 2020 os efeitos da Parcela Variável na receita de transmissão foram de R\$3.077 (R\$1.762 em 31 de março de 2019).

(c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

(d) Receita de Construção

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

(e) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No período findo em 31 de março de 2020, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$56.538 (R\$32.499 no período findo em 31 de março de 2019) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide notas explicativas nº 11 e 12 destas informações contábeis intermediárias.

(g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Tributos sobre a Receita				
ICMS	142.928	140.742	128.897	124.853
Cofins	160.139	174.636	143.854	158.883
PIS/Pasep	34.994	39.073	31.231	34.494
ISSQN	1.527	1.778	675	794
	339.588	356.229	304.657	319.024
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	3.774	4.552	3.234	3.924
Conta de desenvolvimento energético – CDE	57.571	51.781	57.571	51.781
Proinfa	7.716	13.305	7.716	13.305
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	4.498	4.357	3.793	3.614
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	4.498	4.357	3.793	3.614
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.249	2.179	1.896	1.807
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	2.846	2.530	2.277	1.974
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	11.638	9.999	6.096	6.439
	94.790	93.060	86.373	86.458
	434.378	449.289	391.030	405.482

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Pessoal (1)	75.048	90.605	73.304	86.031
Participação dos empregados no resultado	6.199	15.289	6.175	15.229
Obrigações pós-emprego	22.527	21.668	22.527	21.668
Materiais	3.149	5.509	2.226	4.916
Serviços de terceiros (a)	34.902	34.478	25.479	25.959
Depreciação e amortização	52.439	47.122	37.411	38.876
Provisões (b)	31.280	30.111	31.232	23.032
Encargos de uso da rede básica de transmissão	49.434	46.085	36.545	33.246
Energia elétrica comprada para revenda (c)	913.749	782.920	913.392	776.547
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (d)	47.198	28.087	47.198	28.087
Outros custos e despesas operacionais líquidos (e)	8.449	7.145	7.027	7.675
	1.244.374	1.109.019	1.202.516	1.061.266

(1) O saldo de 31 de março de 2019 inclui o montante de R\$5.854 referente ao PDVP 2019, representando a adesão de 42 empregados.

a) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Comunicação	904	944	750	827
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	8.844	6.450	4.002	4.105
Conservação e limpeza de prédios	6.093	7.030	4.858	5.330
Mão de obra contratada	665	1.756	658	366
Fretes e passagens	404	596	403	596
Hospedagem e alimentação	732	766	721	761
Vigilância	1.797	1.856	1.101	1.279
Consultoria	1.041	915	912	823
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	197	245	149	201
Tecnologia da informação	3.923	530	3.237	452
Manutenção e conservação de veículos	90	63	73	52
Energia elétrica	1.215	997	1.034	869
Meio ambiente	1.965	3.285	1.591	2.424
Limpeza de faixas	552	1.099	552	1.098
Serviços de reprografia	306	244	244	201
Serviços advocatícios e custas processuais	517	1.587	473	1.552
Outros	5.657	6.115	4.721	5.023
	34.902	34.478	25.479	25.959

b) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	3.543	16.698	3.543	8.767
Provisão (reversão) para contingências (nota 22)				
Trabalhistas	2.646	1.167	2.601	2.020
Cíveis	5	4	5	4
Tributárias	2.590	(336)	2.589	(336)
Regulatórias	105	1.011	105	1.011
Ambientais	2	1	-	-
Outras	1.577	558	1.577	558
	6.925	2.405	6.877	3.257
	10.468	19.103	10.420	12.024
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	20.812	11.008	20.812	11.008
	31.280	30.111	31.232	23.032

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Energia de curto prazo – CCEE (recuperação de despesas)	160.248	(5.313)	160.531	(6.610)
Energia adquirida no ambiente livre	843.106	864.662	842.300	859.313
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(89.605)	(76.429)	(89.439)	(76.156)
	913.749	782.920	913.392	776.547

d) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Pessoal	1.203	1.799	1.203	1.799
Materiais	32.568	16.684	32.568	16.684
Serviços de terceiros	13.431	9.592	13.431	9.592
Outros (recuperação de despesas)	(4)	12	(4)	12
	47.198	28.087	47.198	28.087

e) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.109	1.849	662	1.714
Propaganda e publicidade	162	325	161	325
Subvenções e doações	112	920	112	920
Despesa concessão onerosa	680	628	678	628
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	325	523	239	271
Anuidade CCEE	672	771	672	770
Seguros	3.136	1.216	2.619	952
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	(61)	1.899	(61)	1.899
Forluz – Custeio administrativo	1.618	1.489	1.618	1.489
Outros (recuperação de despesas)	696	(2.475)	327	(1.293)
	8.449	7.145	7.027	7.675

(1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	7.280	8.772	3.543	4.022
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	2.046	5.698	730	1.544
Varição monetária	2.124	3.553	2.124	3.546
Varição monetária/depósitos vinculados a litígios	1.512	3.021	1.442	2.898
Rendas de antecipação de pagamento	23	128	20	65
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 28)	1.314.240	152.311	1.314.240	152.311
Encargos de créditos com pessoas ligadas	-	22.664	-	22.664
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 8a)	4.302	-	4.132	-
Outras	11.505	2.497	11.099	2.066
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.163)	(1.901)	(1.074)	(1.711)
	1.341.869	196.743	1.336.256	187.405
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(249.410)	(198.464)	(248.854)	(198.464)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(2.987)	(2.877)	(2.987)	(2.877)
Varição monetária – Forluz	(3.923)	(3.446)	(3.923)	(3.446)
Varição monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(17.018)	(17.454)	(14.231)	(13.348)
Varições monetárias	(2.373)	(2.743)	(1.848)	(2.644)
Varições cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.752.000)	(32.847)	(1.752.000)	(32.847)
Atualização financeira - Adiantamento de clientes	-	(541)	-	(541)
Varição monetária de arrendamento (nota 16)	(1.364)	(1.717)	(1.333)	(1.676)
Outras	(2.467)	(2.014)	(403)	(607)
	(2.031.542)	(262.103)	(2.025.579)	(256.450)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(689.673)	(65.360)	(689.323)	(69.045)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	781.769	781.769	-	-	-	-
Não circulante								
Mútuo Partes Relacionadas (1)	-	-	-	-	-	7.706	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	2.165	5.745	67.853	57.860	6.505	6.158	(221.244)	(156.626)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	6.260	6.002	-	-	(19.826)	(17.433)
Prestação de serviço	308	626	-	-	1.112	3.459	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	103.033	103.033	-	-	-	-	-	-
Contingências (3)	-	-	32.088	32.088	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	-	-	6.927	4.531	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia (4)	30.116	40.081	-	-	-	-	(9.966)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	211	235	-	-	239	233	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	2.084	1.541	-	-	(5.066)	(4.135)
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.729	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.474	6.474	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.388	1.387	-	-	(3.159)	(1.303)
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.332	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.536	2.536	-	-	-	-	-	-
Renova								
Não circulante								
Contas a receber (6)	-	-	-	-	-	77.534	-	-
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	360	312	-	1.206	15.907	15.427	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.167	1.255	-	-	(3.136)	(3.415)
Prestação de serviço (5)	217	170	-	-	148	151	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (7)	-	-	22.002	21.810	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de cooperação (8)	-	1.669	-	-	-	1.861	-	-
Operações com energia elétrica (2)	25.184	29.655	932	507	69.412	63.016	(6.771)	(7.054)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	74.010	18.282	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	472.421	372.601	-	-	5.691	4.593	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	37.884	916	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	33.302	32.775	-	-	(10.829)	(10.348)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição Definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(5.157)	(4.926)
Custeio administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(1.618)	(1.489)
Arrendamento operacional (12)	40.209	40.125	8.133	9.479	-	-	(2.849)	(2.322)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	588.915	590.465	-	-	-	-
Arrendamento operacional (12)	-	-	32.076	32.124	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	30.272	29.422	-	-	(13.168)	(12.502)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	661.468	656.424	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- Refere-se ao juros de 125,52% do CDI do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000, findo em julho de 2019;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme previsto no art. 28, §3º, I, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao conjunto de valores de processos realizados e de processos provisionados oriundos do acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. A ação está provisionada ao custo de R\$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R\$32 milhões;
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido por meio de Leilão e contrato registrado na CCEE. A Norte entregará a energia contratada à Cemig até 31/12/2020, com início em 01/01/2020. Até 31 de março de 2020, o montante de energia entregue alcança R\$9.965, correspondente a 25% do valor total antecipado, de R\$40.081. O saldo remanescente do adiantamento em 31 de março de 2020 é de R\$30.116. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção;
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 (c), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, a Cemig efetuou uma avaliação do risco de crédito e reconheceu como perda a totalidade das contas a receber com essa controlada em conjunto no montante total de R\$688 milhões;
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 13);
- Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 21);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (Edifício Aureliano Chaves, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Cemig Geração Poço Fundo	-	-	294	294
Aliança Geração	103.033	103.033	103.033	103.033
Outras	12.071	9.010	12.071	9.010
	115.104	112.043	115.398	112.337

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	31/03/2020			31/12/2019		
				Cemig GT 8,23%	Demais controladas 9,31% (1)	Total (consolidado) 17,54%	Cemig GT 5,16%	Demais controladas 9,86% (1)	Total (consolidado) 15,02%
Gasmig	Nota promissória	107,00% do CDI	25/09/2020	842	953	1.795	523	998	1.521
				842	953	1.795	523	998	1.521

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Companhia, que também possuem participação nos fundos de investimentos;

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Remuneração	621	807
Participação nos resultados	151	56
Benefícios assistenciais	45	65
	817	928

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	138.230	138.230	46.727	46.727
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	1.002.992	1.002.992	1.135.038	1.135.038
Fundos vinculados	2	21.858	21.858	11.059	11.059
Depósitos vinculados a litígios	2	170.322	170.322	364.277	364.277
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.502.293	2.502.293	2.468.216	2.468.216
Indenizações a receber – Transmissão	3	1.279.476	1.279.476	1.280.652	1.280.652
		5.115.171	5.115.171	5.305.969	5.305.969
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		343.398	343.398	202.964	202.964
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras – Bancos	2	306.514	306.514	279.547	279.547
Letras financeiras do Tesouro	1	65.576	65.576	47.268	47.268
Debêntures	2	61	61	52	52
		715.549	715.549	529.831	529.831
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	3.005.184	3.005.184	1.690.944	1.690.944
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		3.821.386	3.821.386	2.507.146	2.507.146
		9.652.106	9.652.106	8.342.946	8.342.946
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(9.418.618)	(9.418.618)	(7.886.783)	(7.886.783)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(123.868)	(123.868)	(128.172)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(124.343)	(124.343)	(124.499)	(124.499)
Concessões a pagar	3	(19.858)	(19.858)	(19.692)	(19.692)
Fornecedores	2	(319.394)	(319.394)	(422.312)	(422.312)
Operações de arrendamento mercantil	2	(51.834)	(51.834)	(55.059)	(55.059)
		(10.057.915)	(10.057.915)	(8.636.517)	(8.636.517)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(503.653)	(503.653)	(482.841)	(482.841)
		(10.561.568)	(10.561.568)	(9.119.358)	(9.119.358)

(1) Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções, desde que todas as variáveis relevantes deste modelo se baseiem em dados de mercado observáveis. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Companhia, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido a partir da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método *Black-Scholes-Merton* (BSM). O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item “b) Instrumentos Financeiros Derivativos”, desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 0,93% a 1,84%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7,00% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo *Black-Scholes-Merton* (“BSM”) para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se fossem participações diretas na MESA. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de março de 2020 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$503.653 (R\$482.841 em 31 de dezembro de 2019), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Varição do valor justo	11.008
Saldo em 31 de março de 2019	430.156
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Varição do valor justo	20.812
Saldo em 31 de março de 2020	503.653

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de -0,81% a 3,19% ao ano e volatilidade entre 0,10 e 0,70 ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$486.898 e R\$514.407, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de março de 2020, no montante de R\$1.314.240 (ajuste positivo de R\$152.311 em 31 de março de 2019), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 31/03/2020	Valor justo 31/03/2020	Valor conforme contrato 31/12/2019	Valor justo 31/12/2019
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.834.233	2.137.803	813.535	1.235.102
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	619.256	867.381	108.532	455.842
					2.453.489	3.005.184	922.067	1.690.944
Ativo circulante						485.006		234.766
Ativo não circulante						2.520.178		1.456.178

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca de cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* (opções) do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de março de 2020 foi de R\$3.005.184 (R\$1.690.944 em 31 de dezembro de 2019), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 31 de março de 2020, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$2.453.489 em 31 de março de 2020 (R\$922.067 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$1.743.589 referente à opção (*call spread*) e R\$1.604.082 referentes ao *swap*, totalizando R\$3.347.671.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base 31/03/2020	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
<i>Swap</i> ponta ativa	7.303.979	7.285.497	6.221.954	5.211.897
<i>Swap</i> ponta passiva	(5.829.691)	(5.681.415)	(5.791.808)	(5.896.918)
Opção/ <i>Call Spread</i>	1.530.896	1.743.589	1.180.991	452.548
Instrumento derivativo de hedge	3.005.184	3.347.671	1.611.137	(232.473)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de Juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2020, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos				
Equivalentes de caixa - CDI (nota 5)	343.398	202.964	293.796	133.705
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	510.381	373.594	239.488	128.490
Fundos vinculados – CDI	21.858	11.059	21.813	11.019
	875.637	587.617	555.097	273.214
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(505.808)	(578.067)	505.808	578.067
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(181.570)	(178.226)	-	-
	(687.378)	(756.293)	505.808	578.067
Ativo (Passivo) líquido exposto	188.259	(168.676)	1.060.905	851.281

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2021, a taxa Selic será de 1,50% e a taxa TJLP será de 4,97%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas taxas de juros nacionais Consolidado	31/03/2020	31/03/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável Selic 1,50% TJLP 4,97%	Cenário Possível - 25% Selic 1,13% TJLP 3,73%	Cenário Remoto - 50% Selic 0,75% TJLP 2,49%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	343.398	348.549	347.278	345.973
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	510.381	518.037	516.148	514.209
Fundos vinculados	21.858	22.186	22.105	22.022
	875.637	888.772	885.531	882.204
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(505.808)	(513.395)	(511.524)	(509.602)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(181.570)	(190.594)	(188.343)	(186.091)
	(687.378)	(703.989)	(699.867)	(695.693)
Ativo líquido exposto	188.259	184.783	185.664	186.511
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(3.476)	(2.595)	(1.748)

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.502.293	2.468.216	-	-
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 11)	1.279.476	1.280.652	1.279.476	1.280.652
	3.781.769	3.748.868	1.279.476	1.280.652
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(724.685)	(1.105.466)	(724.685)	(1.105.466)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(123.868)	(128.172)	(123.868)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(124.343)	(124.499)	(124.343)	(124.499)
	(972.896)	(1.358.137)	(972.896)	(1.358.137)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.808.873	2.390.731	306.580	(77.485)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2021, a taxa IPCA será de 1,70%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação Consolidado	31/03/2020	31/03/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 1,70%	Cenário Possível - 25% IPCA 1,28%	Cenário Remoto - 50% IPCA 0,85%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.502.293	2.544.832	2.534.322	2.523.562
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 11)	1.279.476	1.301.227	1.295.853	1.290.352
	3.781.769	3.846.059	3.830.175	3.813.914
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(724.685)	(737.005)	(733.961)	(730.845)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(123.868)	(125.974)	(125.454)	(124.921)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(124.343)	(126.457)	(125.935)	(125.400)
	(972.896)	(989.436)	(985.350)	(981.166)
Ativo líquido exposto	2.808.873	2.856.623	2.844.825	2.832.748
Efeito líquido da variação da inflação		47.750	35.952	23.875

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.552.145)	(8.069.135)	(1.511.336)	(6.091.742)
(Passivo) líquido exposto		(8.069.135)		(6.091.742)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de março de 2021, será uma redução de 0,94% para o dólar (R\$5,15). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	31/03/2020	31/03/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 5,15	Cenário Possível + 25% Dólar 6,44	Cenário Remoto + 50% Dólar 7,73
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(8.069.135)	(7.993.546)	(9.995.812)	(11.998.079)
(Passivo) líquido exposto	(8.069.135)	(7.993.546)	(9.995.812)	(11.998.079)
Efeito líquido da variação cambial		75.589	(1.926.677)	(3.928.944)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de *swap* para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia para com fornecedores, bem como relativo a dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.213	451.673	1.102.018	9.187.968	-	10.767.872
Concessões a pagar	234	462	1.985	9.054	14.011	25.746
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.742	5.509	25.111	117.058	-	150.420
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.215	2.444	28.018	48.227	138.739	218.643
	30.404	460.088	1.157.132	9.362.307	152.750	11.162.681
Pré-fixadas						
Fornecedores	316.255	3.082	57	-	-	319.394
	346.659	463.170	1.157.189	9.362.307	152.750	11.482.075

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.213	451.673	1.006.856	9.093.082	-	10.577.824
Concessões a pagar	234	462	1.985	9.054	14.011	25.746
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.742	5.509	25.111	117.058	-	150.420
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.215	2.444	28.018	48.227	138.739	218.643
	30.404	460.088	1.061.970	9.267.421	152.750	10.972.633
Pré-fixadas						
Fornecedores	303.976	2.450	12	-	-	306.438
	334.380	462.538	1.061.982	9.267.421	152.750	11.279.071

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2020, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$51.244.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontram-se apresentados na nota 1.1..

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Antecipação do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Companhia e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de março de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Total do passivo	13.828.824	12.526.851	13.487.690	12.103.086
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(346.754)	(211.608)	(294.228)	(136.208)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(472.497)	(372.678)	(221.715)	(128.175)
Passivo líquido	13.009.573	11.942.565	12.971.747	11.838.703
Total do patrimônio líquido	5.132.164	5.136.201	5.132.164	5.136.201
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,53	2,40	2,53	2,33

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	31/03/2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO	15.991.455	2.883.277	86.256	18.960.988
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.043.662	-	-	4.043.662
ADIÇÕES AO SEGMENTO	25.222	47.198	-	72.420
RECEITA LÍQUIDA	1.677.024	191.064	23.578	1.891.666
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(49.434)	-	-	(49.434)
Energia elétrica comprada para revenda	(913.749)	-	-	(913.749)
	(963.183)	-	-	(963.183)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(46.171)	(28.839)	(38)	(75.048)
Participação dos empregados no resultado	(3.769)	(2.430)	-	(6.199)
Obrigações pós emprego	(12.188)	(10.339)	-	(22.527)
Materiais	(2.195)	(954)	-	(3.149)
Serviços de terceiros	(25.632)	(9.185)	(85)	(34.902)
Depreciação e amortização	(51.189)	(1.250)	-	(52.439)
Provisões	(28.436)	(2.844)	-	(31.280)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(47.198)	-	(47.198)
Outros custos e despesas operacionais líquidos	(5.597)	(2.847)	(5)	(8.449)
	(175.177)	(105.886)	(128)	(281.191)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.138.360)	(105.886)	(128)	(1.244.374)
Resultado de equivalência patrimonial	5.457	-	-	5.457
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	544.121	85.178	23.450	652.749
Receitas financeiras	1.212.486	128.739	644	1.341.869
Despesas financeiras	(1.833.664)	(197.879)	1	(2.031.542)
Resultado antes dos impostos	(77.057)	16.038	24.095	(36.924)
Imposto de renda e contribuição social	44.502	(8.650)	(2.965)	32.887
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(32.555)	7.388	21.130	(4.037)

DESCRIÇÃO	31/03/2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO (1)	14.721.374	2.875.681	65.997	17.663.052
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO (1)	4.041.565	-	-	4.041.565
ADIÇÕES AO SEGMENTO	22.497	28.087	-	50.584
RECEITA LÍQUIDA	1.783.080	140.429	31.367	1.954.876
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(46.085)	-	-	(46.085)
Energia elétrica comprada para revenda	(782.920)	-	-	(782.920)
	(829.005)			(829.005)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(58.582)	(31.969)	(54)	(90.605)
Participação dos empregados no resultado	(8.828)	(6.461)	-	(15.289)
Obrigações pós emprego	(12.627)	(9.041)	-	(21.668)
Materiais	(4.676)	(833)	-	(5.509)
Serviços de terceiros	(26.234)	(8.130)	(114)	(34.478)
Depreciação e amortização	(44.406)	-	-	(44.406)
Amortização dos direitos de uso dos ativos	(1.773)	(943)	-	(2.716)
Provisões	(25.781)	(4.330)	-	(30.111)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(28.087)	-	(28.087)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(2.939)	(4.200)	(6)	(7.145)
	(185.846)	(93.994)	(174)	(280.014)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.014.851)	(93.994)	(174)	(1.109.019)
Resultado de equivalência patrimonial	36.679	-	-	36.679
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	804.908	46.435	31.193	882.536
Receitas financeiras	181.237	14.598	908	196.743
Despesas financeiras	(236.037)	(26.066)	-	(262.103)
Resultado antes dos impostos	750.108	34.967	32.101	817.176
Imposto de renda e contribuição social	(219.534)	(10.482)	(3.944)	(233.960)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	530.574	24.485	28.157	583.216

(1) Saldos em 31 de dezembro de 2019.

A composição da receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento, para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019, é conforme segue:

	31/03/2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.891.834	-	-	1.891.834
Receita de transmissão – com impostos	-	171.614	-	171.614
Receita de atualização da bonificação pela outorga	99.892	-	-	99.892
Receita de construção	-	47.198	-	47.198
Transações com energia na CCEE	24.524	-	-	24.524
Receita de indenização da transmissão	-	56.538	-	56.538
Outras receitas operacionais	1.566	7.522	25.356	34.444
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(340.792)	(91.808)	(1.778)	(434.378)
Receita operacional líquida	1.677.024	191.064	23.578	1.891.666
	31/03/2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.730.450	-	-	1.730.450
Receita de transmissão – com impostos	-	163.156	-	163.156
Receita de atualização da bonificação pela outorga	80.788	-	-	80.788
Receita de construção	-	28.087	-	28.087
Transações com energia na CCEE	259.216	-	-	259.216
Receita de indenização da transmissão	-	32.499	-	32.499
Ressarcimentos contratuais	62.576	-	-	62.576
Outras receitas operacionais	7.260	6.557	33.576	47.393
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(357.210)	(89.870)	(2.209)	(449.289)
Receita operacional líquida	1.783.080	140.429	31.367	1.954.876

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 24.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

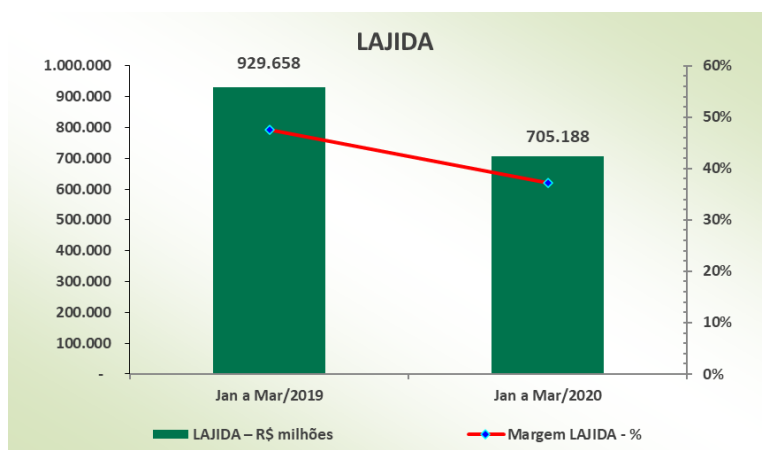
Resultado do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2020, um prejuízo líquido de R\$4.037 em comparação ao lucro líquido de R\$583.216 no mesmo período de 2019, decorrente, principalmente, do efeito negativo no resultado financeiro líquido da variação cambial do Eurobonds ajustada pelo instrumento de hedge correspondente, no valor de R\$437.760. As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia apresentou uma redução de 24,15% no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida da Companhia apresentou redução, passando de 47,56% no primeiro trimestre de 2019 para 37,28% no mesmo período em 2020.

Lajida - R\$ milhões	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Var %
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(4.037)	583.216	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	(32.887)	233.960	-
+/- Resultado financeiro líquido	689.673	65.360	955,19
+ Depreciação e amortização	52.439	47.122	11,28
= LAJIDA	705.188	929.658	(24,15)



Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do Lajida no primeiro trimestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, deve-se, principalmente, à redução de 90,54% na receita com transações na CCEE, que foi de R\$24.524 no primeiro de 2020, em comparação a R\$259.216 no mesmo período de 2019. As principais justificativas para essa variação estão descritas no decorrer deste Comentário.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	31/03/2020			31/03/2019		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	3.005.352	719.830	239,52	3.231.349	725.101	224,40
Comercial	1.185.574	245.041	206,69	919.215	203.351	221,22
Rural	3.648	943	258,47	504	126	249,78
Subtotal	4.194.574	965.814	230,25	4.151.068	928.578	223,70
Fornec. não faturado, líquido	-	(3.954)	-	-	24.432	-
	4.194.574	961.860		4.151.068	953.010	229,58
Suprim. Outras Concessionárias	3.256.285	880.793	270,49	3.108.702	834.176	268,34
Suprim. não faturado líquido	-	49.181	-	-	(56.736)	-
	7.450.859	1.891.834	253,91	7.259.770	1.730.450	238,36

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.891.834 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a R\$1.730.450 no mesmo período de 2019, um aumento de 9,33%. Essa variação decorreu, essencialmente, do aumento de 2,63% na quantidade de energia vendida.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP's) dos ativos do sistema existentes, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$171.614 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a R\$163.156 no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 5,18%. Essa variação decorre, principalmente, do reajuste pela inflação da RAP anual ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Receita de indenização da transmissão

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base na variação mensal do IPCA, com defasagem de dois meses, e no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

A receita de indenização da transmissão no primeiro trimestre de 2020 aumentou em 73,97% em relação ao mesmo período de 2019, sendo de R\$56.538 e R\$32.499, respectivamente. Esse aumento decorre, principalmente, da variação do IPCA nos períodos analisados (1,87% no primeiro trimestre de 2020 e 0,26% no mesmo período de 2019).

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de remuneração, reduzindo o montante remanescente da indenização e a remuneração sobre este saldo. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

Mais informações na nota explicativa nº 11 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$24.524 no primeiro trimestre de 2020 comparada a R\$259.216 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 90,54%. Essa redução se deve, principalmente, à posição deficitária na CCEE assumida pela Companhia no primeiro trimestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, em razão da menor alocação de energia própria e menores GSF's, além do aumento das vendas bilaterais de curto prazo. Por outro lado, no primeiro trimestre de 2019, a Companhia possuía elevada sobra de energia a ser vendida na CCEE, decorrente da maior alocação de energia própria, associada a GSF's maiores e menor volume de vendas bilaterais.

Receita de construção

A receita de construção foi de R\$47.198 no primeiro trimestre de 2020 comparada a R\$28.087 no mesmo período em 2019, apresentando um aumento de 68,04%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão de transmissão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$434.378 no primeiro trimestre de 2020 comparados a R\$449.289 no mesmo período de 2019, apresentando uma redução de 3,32%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$57.571 no primeiro trimestre de 2020 comparados a R\$51.781 no mesmo período de 2019, um aumento de 11,18%.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.244.374 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a R\$1.109.019 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 12,20%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$913.749 no primeiro trimestre de 2020, comparado a R\$782.920 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 16,71%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$160.248 no primeiro trimestre de 2020, comparado a uma recuperação de despesas de R\$5.313 no mesmo período de 2019. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento das vendas bilaterais de curto prazo no mercado livre associado à uma menor disponibilidade de energia para fazer frente a demanda no primeiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$75.048 no primeiro trimestre de 2020 comparada a R\$90.605 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 17,17%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento, no primeiro trimestre de 2019, de custos com programa de desligamento voluntário, no montante de R\$5.854;
- redução de 5,41% no número médio de empregados, sendo 1.305 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a 1.380 no primeiro trimestre de 2019;
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$22.527 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a uma despesa de R\$21.668 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 3,96%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo, e conseqüentemente, da despesa.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$47.198 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a R\$28.087 no mesmo período de 2019, um aumento de 68,04%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. Essa variação decorre, principalmente, da entrada em execução, em 2019, da maioria dos projetos do Programa de Investimento vigente, com volume maior de conclusão dos empreendimentos previstos para 2020, frente ao menor desembolso em 2019, quando os empreendimentos estavam em fases iniciais.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$31.280 no primeiro trimestre de 2020 comparadas a R\$30.111 no mesmo período de 2019, um aumento de 3,88%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Menor constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no primeiro trimestre de 2020 no valor de R\$3.543 em comparação à constituição de R\$16.698 no mesmo período 2019, em função da melhora na condição financeira de cliente com representatividade na carteira.
- Aumento de 89,06% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$20.812 no primeiro trimestre de 2020, em comparação à constituição de R\$11.008 no mesmo período de 2019. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28 – Instrumentos financeiros e gestão de risco destas Informações Contábeis Intermediárias

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial de R\$5.457 no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao reconhecimento de ganhos líquidos no montante de R\$36.679 no mesmo período de 2019, uma redução de 85,12%. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Maiores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$26.628 no primeiro trimestre de 2020, em comparação de R\$12.728 no mesmo período em 2019, representando uma variação de 109,21%.
- Menores ganhos com a investida Aliança Geração, que apresentou resultado positivo com equivalência patrimonial no montante de R\$27.577 no primeiro trimestre de 2020, em comparação a R\$37.628 no mesmo período de 2019, uma redução de 26,71%.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13 – Investimentos destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$689.673 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$65.360 no mesmo período de 2019. Essa variação decorre, principalmente, do efeito negativo do Eurobonds ajustado pelo instrumento de hedge correspondente, no valor de R\$437.760 no primeiro trimestre de 2020, em comparação a um ganho líquido de R\$119.464 no mesmo período de 2019, associada aos seguintes fatores:

- Valorização do dólar no final do primeiro trimestre de 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 28,98%, em comparação a 0,57% no mesmo período de 2019, com efeito negativo sobre o principal da dívida em Eurobonds de R\$1.752.000 e R\$32.847, respectivamente.
- Variação do valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados ao Eurobonds inferior à variação cambial passiva em 31 de março de 2020, contrapondo o efeito positivo observado em 2019. Em 31 de março de 2020, a variação do valor justo do instrumento de hedge alcançou o montante de R\$1.314.240, compensando parcialmente a variação cambial passiva, com resultado negativo de R\$ R\$437.760. Em 31 de março de 2019, a variação do valor justo do instrumento de hedge, de R\$152.311, foi suficiente para compensar a variação cambial passiva, de R\$32.847, gerando um ganho de R\$119.464. A variação positiva no valor justo do instrumento de hedge no primeiro trimestre decorre da valorização do dólar futuro, que resultou na valorização das opções (call spread) e do ativo, bem como da redução da curva DI (ponta passiva).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no primeiro trimestre de 2020, receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$32.887 em relação ao prejuízo de R\$36.924 antes dos efeitos fiscais, representando 89,07% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$233.960 em relação ao lucro de R\$817.176 antes dos efeitos fiscais, representando 28,63% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d) das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores cumulativamente com o
cargo de Superintendente de
Controladoria
CRC-MG 53.140

Paulo Mota Henriques
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Rafael Falcão Noda
Diretor Cemigpar

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor Cemig Distribuição

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora – CRC-MG 77.839

**EY****Building a better
working world**

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia, da sua controladora e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório foi entregue em 08 de maio de 2020, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 17 de dezembro de 2019, foi protocolado nos termos da Lei nº11.101/05 o Plano de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto deverá submeter o Plano de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano e não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de março de 2020, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0